

Cleusa Helena da Silva Duque

Sônia Maria Faria Mussi

Tereza da Consolação Matos

O DILEMA DA INCLUSÃO

Ubá – MG

2006

Cleusa Helena da Silva Duque

Sônia Maria Faria Mussi

Tereza da Consolação Matos

O DILEMA DA INCLUSÃO

Pesquisa apresentada como quesito parcial para obtenção da Licenciatura no Curso de Pedagogia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá, Campus II – UNIPAC

Profª. Orientadora: Silvânia Maria de Oliveira Manso

Ubá – MG

2006

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	5
3	OBJETIVOS	6
3.1	OBJETIVO GERAL	6
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
4.1	INCLUSÃO ESCOLAR É TRANSFORMAÇÃO NA SOCIEDADE	8
4.2	INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	8
4.3	O PROCESSO DE INCLUSÃO NO BRASIL	9
5	METODOLOGIA	12
6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	13
7	CONCLUSÃO	15
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

As novas tendências para o desenvolvimento de um processo educacional de qualidade e com inclusão sinalizam que os antigos paradigmas devem ser revistos.

Se o processo educacional passa a ter uma postura de abordagem inclusiva, é necessário que alguns parâmetros sejam reavaliados para uma perfeita adequação às novas demandas da sociedade.

Várias experiências têm demonstrado que, quanto mais precoce, a inserção dos portadores de necessidades especiais na escola regular, maiores as chances de a inclusão ser bem sucedida.

De acordo com a situação apresentada surge o seguinte questionamento acerca das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais em escolas regulares: - Que procedimentos são possíveis garantir uma educação de qualidade?

O presente estudo originou das dificuldades e constatações feitas no exercício da prática educacional. Visto que trabalhando em uma escola que não tem como objetivo o trabalho com crianças portadoras de necessidades especiais, muitas vezes deparamos com situações em que precisamos trabalhar dando adequado atendimento a elas.

Temos que considerar também a falta de preparo dos educadores que muitas vezes, sem saber por onde começar, se sentem despreparados, inseguros e frustrados. Sabe-se que não existem instituições em número suficiente que trabalham especificamente com essas crianças. Desta forma mesmo que seja diagnosticado um problema mais grave, algumas crianças acabam por permanecerem nas escolas convencionais, estudando junto com alunos que não possuem a mesma necessidade, sentindo-se um “peixinho fora d’água” ou excluídos.

Agora pergunta-se: como agir nesses casos? A experiência com situações congêneres, aliada à falta de bons resultados com os diversos métodos utilizados e a necessidade em atender melhor os alunos que estão sendo incluídos nas escolas de ensino regular é que levou-nos à escolha do presente tema.

2 JUSTIFICATIVA

Ter que trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais em sala de aula regular, sem nenhuma orientação, sem saber que rumo tomar, de onde partir, é muito desgastante e o resultado quase nunca satisfaz o educador, por não conseguir alcançar seus objetivos.

Na maioria das vezes acontece o conservadorismo institucional e o despreparo dos professores para enfrentar uma sala de aula com alunos portadores de necessidades especiais.

Justifica-se, pois, a escolha do tema “inclusão” na tentativa de buscar novos procedimentos para efetivação de uma educação de qualidade, diminuindo o desgaste, a insatisfação com os resultados, os questionamentos e dúvidas.

Sabe-se que não serão encontradas respostas nem soluções prontas, “não há receitas” ou modelos a seguir, mas é importante buscar práticas que concretizem os princípios assumidos por todos os educadores.

Esperamos que esse estudo não seja em vão, pois são muitos os benefícios alcançados com a busca para que alunos especiais sejam inseridos na escola regular. Essa constitui um forte apelo para que o ensino se transforme e os professores se aperfeiçoem. A concretização do ideal democrático de propiciar educação básica a todos os alunos, quebrando barreiras e limitações de toda ordem que geram discriminações e frustrações.

Quando se quer e se acredita, tudo se transforma, para isso é preciso acreditar.

Essa pesquisa se justifica, pela importância da descrição e análise da metodologia adotada como forma de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas de ensino regular, buscando fundamentação científica para possível implementação de procedimentos para garantir uma educação de qualidade.

Objetivando verificar a prática escolar com relação à inclusão, é que se pretende fazer neste estudo um diagnóstico da prática educativa, analisando a introdução de crianças portadoras de necessidades especiais, sua relação à manutenção dessa criança na escola (preparação do profissional, a organização do espaço físico e aquisição de materiais) e procedimentos utilizados pelo professor.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Observar e colher dados nas salas de aula, das estratégias didáticas utilizadas pelos professores, que possibilitem conhecer a qualidade do trabalho no processo ensino-aprendizagem com crianças portadoras de necessidades especiais que freqüentam escolas regulares.

3.2 Objetivos Específicos

- ♦ Compreender as dificuldades de aprendizagem das crianças portadoras de necessidades especiais, como um desafio a ser vencido através do trabalho conjunto professor X aluno.
- ♦ Entender as necessidades particulares de inclusão para cada deficiência.
- ♦ Conhecer a realidade da inclusão hoje nas escolas públicas.
- ♦ Conhecer o nível de formação dos professores que trabalham com essas crianças.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo *Piaget* (1973), os professores devem fornecer condições para que as crianças a partir das informações que lhes chegam construam seus próprios conhecimentos. Sabemos da dificuldade de muitos alunos em construir seus conhecimentos, habilitando-se a se tornar cidadãos atuantes, uma vez que a escola não lhes oferece oportunidades e estes acabam excluídos do convívio com alunos de salas regulares.

Temos consciência de que a inclusão é necessária. Mas o que vemos em nossas escolas, salvo raras exceções é que o grande empecilho à inclusão é a falta de preparo dos professores para lidar com os alunos.

Observamos esta realidade em todos os testes qualitativos a que a educação é submetida, como a prova do SIMAVE, exames vestibulares, concursos públicos, etc...

Como é meta que a escola brasileira alcance seus objetivos, precisamos que busquemos soluções que sanem este problema em curto prazo.

Sendo assim adotamos como referencial teórico, portanto, os princípios da escola construtivista que se baseiam nas proposições de Jean Piaget, associado ao interacionismo baseado nas proposições de Vygotsky.

Caputo & Guimarães (1999) propõem uma escola que proporcione a todos, que a ela procurem, a oportunidade de usufruírem dos benefícios que esta possa oferecer.

Para estas autoras, não existe prática mais danosa ao processo de formação da personalidade de um indivíduo, que a segregação deste, privando-o do convívio escolar dito "normal".

Na verdade as autoras não condenam as instituições que atendem exclusivamente crianças portadoras de necessidades especiais, uma vez que reconhecem a importância deste trabalho feita pelas instituições como as APAEs, além de concordarem que algumas crianças necessitam de atendimentos de profissionais especializados, como: psicólogos ou outros profissionais, de acordo com cada caso.

Na verdade os autores propõem que as escolas regulares não fechem suas portas para as crianças portadoras de necessidades especiais, antes pretendem que estas garantam e possibilitem a estas crianças uma chance de levar uma vida normal.

Os autores reconhecem as dificuldades que com certeza surgem, as limitações da rede pública e a carência de professores, muito das vezes, despreparados tanto em termos de formação, como de recursos materiais e remuneração. Entretanto pregam que o sonho, apesar de difícil, não é impossível. Esta certeza serve-nos além de referencial teórico, como lento para conduzir nossa batalha diária por uma educação realmente eficiente e inclusiva. Vamos nos envolver, trabalhar, buscar e fazer, porque com certeza nossa luta não será em vão.

4.1 Inclusão Escolar é Transformação na Sociedade

De acordo com *Mittler* (1997), que esteve envolvido em projetos por uma “Sociedade Inclusiva” em diversos países da África, da Ásia e da América do Sul, entre eles o Brasil, é necessário que os governos de todos os países estabeleçam a inclusão como prioridade no planejamento de suas políticas educacionais.

Para ele existe uma diferença fundamental entre integração e inclusão escolar. Na integração a criança é preparada para estudar em uma escola, ajudando-a a adquirir as habilidades de que ela necessita. Assim, não há pressuposição de mudanças na escola. Nós preparamos a criança para estar na escola como a escola é. Aachamos que a escola deva mudar. E as escolas estão mudando, devido a uma série de influências sobre elas. Uma dessas influências é o movimento para a inclusão educacional.

Existe um movimento mundial que diz que o currículo deve mudar, que as formas de avaliação nas escolas devem mudar, que precisamos de abordagens diferentes para a formação de professores, que precisamos de sistema de valores diferentes nas escolas, de uma estrutura mais democrática e de promover uma mudança no currículo das escolas para torná-lo mais relevante e atraente.

Dentro desta nova perspectiva, mudamos a ênfase para dizer “sim, a criança tem problemas”, mas há também problemas no meio ambiente, atitudes do público, subestimação das capacidades das crianças, falta de legislação.

É necessário afastar-se do modelo do defeito, o modelo da insuficiência que considera que os problemas existem somente nas crianças e a criança precisa estar preparada para entrar na sociedade. Mudando para o modelo de inclusão que reconhece a necessidade da mudança social.

4.2 Inclusão e Formação de Professores

Em muitos países agora, existem leis que obrigam todos cursos de formação de professores a incluir um componente que trate das necessidades da educação especial. A idéia básica é que ninguém possa receber um curso de formação de professor sem ter sido exposto à situação da educação especial. As escolas são lugares bastante diversificados. Os professores devem ser responsáveis por todas as crianças. Eles devem respeitar a diversidade humana.

As disciplinas teóricas devem incluir, como parte natural do programa, conteúdos que dizem respeito à diversidade e individualidade.

A formação básica de professores deve incluir deficiência, insuficiência e diversidade como parte natural de todo curso.

4.3 O Processo de Inclusão no Brasil

Há alguns anos a instituição APAE era contrária à inclusão, acreditando que as escolas regulares não eram capazes de atender as necessidades complexas das crianças.

Mas agora, as APAEs estão caminhando na direção da inclusão, de uma forma muito comprometida. E os pais estão preparados para pensar de um modo mais aberto sobre a inclusão.

Em um país tão complexo como o Brasil, os professores precisam de treinamento e apoio, e a forma de dar isto aos professores é lenta, dificultada pelos ônus na maioria das vezes. Eles devem agir politicamente, não só no sentido de pedir melhores salários e condições de trabalho, mas também no sentido de pedir apoio para atenderem crianças que previamente não haviam atendido.

No Brasil as iniciativas governamentais em educação especial, de abrangência nacional, surgiram em um momento político tipicamente populista (1955 – 1964) que buscava suporte político de setores populares para a industrialização procurando melhorar o nível de vida e assegurar uma educação que pela primeira vez voltava a atenção para as crianças portadoras de necessidades especiais. Outro ato digno de nota é a constância de vínculos de alguns grupos com a estrutura dominante de poder em diferentes épocas da história brasileira. Assim não é raro encontrar a continuidade da presença de certos grupos na condução da política de educação especial, antes, durante e após o regime militar deflagrado em 1964.

Reconhecer a importância da participação dos portadores de deficiências no planejamento e na execução dos serviços e recursos a eles destinados é sem dúvida, um imperativo de uma sociedade que se pretende democrática. A capacidade de pressão dos grupos organizados por portadores de deficiência tem sido evidenciada na própria elaboração da legislação sobre os vários aspectos da vida social, nos últimos dez anos no Brasil.

No Capítulo III da Constituição da República intitulado DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, artigo 205, está estabelecido:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

Além do Ensino Fundamental, em caráter obrigatório e gratuito para todos, é tornado dever do Estado o oferecimento de programas suplementares necessários ao atendimento do educando nesse nível de escolarização. É também assegurado preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais.

Embora o MEC não defina claramente os caminhos para o processo de inclusão no sistema regular de educação, apresenta uma vinculação de responsabilidades com os sistemas municipais de ensino, que ainda não estão preparados para receber estes novos alunos.

Finalmente, a educação especial ganha um lugar de destaque na Lei 9394/96 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ao se configurar como um capítulo autônomo (capítulo V).

Basta comparar com a Lei 5.692/71, que o assunto foi regulado em apenas um artigo (art9º) do capítulo III, que trata das disposições comuns ao ensino de primeiro e segundo graus.

Em relação aos documentos e planos educacionais voltamos para a educação especial, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) que constitui um importante avanço no entendimento dessa questão no contexto educacional, inclusive escolar. Todavia ainda apresenta ranços do caráter assistencial e terapêutico que historicamente tem marcado atendimento da “Educação de Deficientes” no Brasil, colocando a educação especial como uma transição entre a assistência ao deficiente e a educação escolar.

Ao longo de sua história a educação especial tem se revelado uma tendência terapêutica (preventiva/corretiva), que parece estar substituída, após a promulgação da Lei 9394/96, por uma tendência cada vez mais pedagógica ou mais especificamente escolar.

A análise dos textos legais, de planos educacionais e documentos especiais revela ainda que, somente a partir da década de 90, o MEC começou a buscar alternativas de condutas que viabilizassem a inclusão de portadores de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades na rede regular de ensino.

No entanto o caráter assistencialista e reabilitador da educação inclusiva não justificam o desmantelamento das escolas especiais. Há restrições ao processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais em escolas regulares, dependendo do tipo e do grau da deficiência apresentada. Por isso as escolas especializadas deverão auxiliar no atendimento ao aluno portador de necessidades especiais incluído no sistema regular de ensino.

É no contexto da educação geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a política de educação especial.

Ainda observamos muitas lacunas na legislação educacional vigente. Os parâmetros curriculares nacionais, por exemplo, atribuem ao professor grande parte da responsabilidade pelas adaptações curriculares. Por serem mal preparados para a docência, em vez de contribuírem para o processo de inclusão, alguns professores podem inadvertidamente reforçar as estatísticas do fracasso escolar da criança especial em sala de aula regular. Isso resultará numa exclusão velada, reforçadas por escolas precárias e mal equipadas para sua atual clientela.

Os PCNs trazem uma proposta de homogeneização, com esvaziamento dos conteúdos epistemológicos. Fala-se, enfim, em adaptação curricular, e não na construção de um novo currículo que complete todos os envolvidos no processo educacional. Do mesmo modo, o plano nacional de educação não prevê recursos vinculados que possam contribuir efetivamente para a inclusão desse aluno (alunado) no sistema regular de ensino.

Diante dessas considerações e resgatando o conceito de política como um conjunto coerente de princípio e propostas, constatamos a ausência de uma “Política Nacional de Educação Especial”. Os elementos que poderiam compô-la, encontram-se na verdade, diluídos em diversas políticas públicas, o que contribui para a inexistência de precisão, coerência, clareza e continuidade em suas propostas.

Embora ainda dotados de forte tradicionalismo, a legislação e os planos nacionais relativos à educação geral evidenciam uma gradativa evolução ao contemplar os direitos à educação dos portadores de necessidades educativas especiais.

Apoiando-se na Constituição da República de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Plano Decenal de Educação para Todos (1993), na Política Nacional de Educação Especial (1994), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2001), pode-se destacar a importância da atuação conjunta dos três níveis governamentais e da sociedade civil para a melhoria efetiva da educação voltada aos portadores de necessidades educacionais especiais ampliando, assim, a participação coletiva nas decisões políticas. Organizações não-governamentais, ao se constituírem em grupos de pressão pela conquista de direitos das minorias, vêm desempenhando papel relevante não só na constituição da legislação educacional do Brasil, como também no seu cumprimento.

Entretanto operacionalizar a inclusão no Brasil a partir de bases que busquem a normalização das condições de vida das pessoas portadoras de deficiências especiais parece-nos algo ainda utópico em um país que mal consegue atender às suas demandas educacionais básicas. A própria idéia de inclusão, que começa a tomar corpo no horizonte educacional, talvez possa levar a uma política educacional de fato comprometida com a deficiente realidade brasileira, em que precisamos casos como o da menina de Atibaia, na grande São Paulo, que, por ser portadora de vírus HIV, foi expulsa da escola. Como recorrer a justiça? Sabemos que as leis não modificam a realidade, porém, às vezes, é graças a uma ação punitiva que a realidade se aproxima de um ideal de sociedade mais justa e menos excludente. Recusar um aluno portador de deficiência, segundo a Lei Federal nº 7.853, de 24/10/89, é crime.

A Lei 9394/96, também prevê a inclusão de “educandos portadores de necessidades especiais” na rede pública de ensino. As leis não são suficientes, porém, quando a escola não quer aceitar portadores de necessidades especiais elas são uns dos últimos mecanismos jurídicos e civis que restam para fazer valer na prática o conceito de cidadania. Quem conhece o assunto sabe das conseqüências da discriminação. Mas não é difícil encontrar brechas na lei. O diretor pode dizer que não há vaga, que a criança está na fila de espera, enfim, pode haver mil desculpas.

Cabe à escola estar atenta para cumprir seu dever de acomodar todas as crianças independentemente das suas condições físicas, emocionais lingüísticas...; não priorizando determinados grupos culturais, sociais, étnicos. Enfim, a “Escola é para todos”.

5 METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa qualitativa com 03 alunos de Fase Introdutória, do Ensino Fundamental de duas turmas diferentes em uma Escola Municipal de Ubá – MG. Observamos o comportamento dos alunos durante o desenvolvimento de atividades organizadas pelas professoras, uma vez por semana durante dois meses.

Observamos o nível de desenvolvimento, tendo como público alvo os alunos portadores de necessidades especiais da escola acima mencionada.

A partir dos resultados desta pesquisa, produzimos um paralelo entre o nível em que os alunos se encontram e o nível ideal esperado.

Em seguida, colhemos depoimentos dos alunos e traçamos as maiores dificuldades que estes encontram no dia-a-dia escolar, respeitando sempre as limitações dos mesmos.

Finalmente através da análise dos dados e da análise do material constante das referências bibliográficas, enumeramos alguns possíveis procedimentos que têm como meta principal o fortalecimento de subsídios para o trabalho com os portadores de necessidades especiais.

Assim tendo por direcionamento a análise dos resultados das pesquisas de campo, os elementos observados em atividades realizadas uma vez por semana que serviram para análise e interpretação dos dados na seguinte organização dos itens:

- a) Leitura de livros e publicações referentes ao tema, feita pelo professor.
- b) Observação das crianças durante a aplicação de atividades acontecidas uma vez por semana.
- c) Registro das reações observadas nas crianças durante a execução das tarefas anotadas em fichas individuais.
- d) d) A partir das fichas individuais produzir um paralelo entre o nível em que os alunos se encontram e o nível ideal esperado.
- e) e) Coleta de depoimentos dos alunos observados para traçar as maiores dificuldades encontradas relativas à integração destes ao grupo.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a observação participante, que deu origem a um relatório individual, contendo os dados coletados, a técnica de análise dos resultados foi a comparação do desempenho do aluno observado com o desempenho anterior, estabelecendo-se dados que foram organizados em fichas que permitiram aferir essa evolução.

A constatação da evolução nos níveis, desejada e esperada, definiu a manutenção dos procedimentos utilizados. O contrário ocasionou as necessárias correções de rota, para que os objetivos fossem alcançados. Enumerando os possíveis procedimentos para servir de subsídios para definir quais os pontos a serem trabalhados.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Análise dos relatórios de observação dos comportamentos dos alunos incluídos:

A) O referido aluno quando começou a ser observado apresentava dificuldades no ajustamento escolar, por ser uma criança muito inibida e dependente, demonstrando insegurança nas suas ações.

Demonstrava total desinteresse nas brincadeiras no pátio, não se enturmando, aguardando ordens para executá-las sem êxito.

Não coordena bem os movimentos das atividades psicomotoras.

Na expressão verbal não estruturava palavras e frases com sequência e articulação corretas.

Não conseguia fazer a cópia da escrita de seu nome por não identificar letra inicial, intermediária e final, pois não entende sequência lógica. Ele necessita de assistência individual o tempo todo em uma sala de ensino regular.

Após oito meses de trabalhos feitos pela professora, orientados pela supervisora e com a ajuda da família, usando muito material concreto, muita coordenação motora fina e grossa e a interação com outras crianças, hoje ele já domina e equilibra o próprio corpo, identifica cores e algumas formas geométricas, consegue fazer a cópia fiel de seu nome com sequência lógica, respeita normas de algumas brincadeiras simples e relaciona-se bem com os colegas.

B) A criança em questão sofre de hiperatividade. Ela se encontra na Fase I do Ensino Fundamental e está com oito anos de idade. Em suas dificuldades ela conta com um pequeno déficit de aprendizagem, falta de concentração e leves problemas com raciocínio.

Mas tudo isso não impede que essa criança não aprenda como as outras. Está aprendendo a ler e a escrever, consegue pequenos textos e enunciados. Apesar das dificuldades realiza contas utilizando o raciocínio lógico. É capaz de realizar atividades motoras, mas em algumas atividades físicas sua hiperatividade o atrapalha como jogar bola, colorir com calma e ficar sentado em algumas brincadeiras.

Sua interação com outra criança é normal pois estão sempre brincando ou se ajudando. Sua fala é normal, e sua criatividade é bastante visível, pois gosta de ouvir e inventar história.

Essa criança possui uma facilidade muito grande em relação às atividades lúdicas como teatro, jogos, músicas e dança.

Enfim realiza todas as atividades escolares de forma regular como as demais crianças. Além disso, é muito carinhosa e afetuosa, o que auxilia o trabalho do professor e sua integração com o conhecimento.

Observamos esse aluno e percebemos a necessidade do professor conhecer essas questões para que consiga lidar com alunos que apresentam esse tipo de problema. Entendendo seu

modo de ser, professor se torna mais tolerante e consegue elaborar atividades que atendam todas as necessidades desse aluno.

C) O aluno observado ao ser submetido à atividade escrita, não conseguiu segurar o lápis e a folha com firmeza. Não fez nenhuma letra ou colorido, apenas riscos. Nas atividades de recortes não conseguia movimentar a tesoura. Era uma criança que gritava e chorava muito. Apresentava muita dificuldade ao andar e caía sempre. Gostava de ficar sozinho.

No horário de parquinho brincava sozinho, pois não conseguia subir em nenhum brinquedo.

Durante a merenda deixava cair a colher e não assentava ou levantava do banco, precisava de ajuda. Não participava das brincadeiras.

Ao usar o banheiro, precisava de ajuda para fazer sua higiene pessoal.

Grande dificuldade em se concentrar e memorizar, é uma criança agitada.

Após um trabalho em conjunto de professora, supervisora e família hoje consegue colorir alguma coisa, mesmo apresentando algumas dificuldades: conhece algumas letras trabalhadas, apesar de não saber fazer o traçado; assenta e levanta sozinho do banco do refeitório, perdeu um pouco do medo, parou de chorar e gritar. Faz sua higiene pessoal sozinho.

Procura entrar nos grupinhos para brincar, e gosta de participar das brincadeiras dirigidas, consegue ouvir histórias.

Teve um grande ganho em questões sociais e emocionais.

7 CONCLUSÃO

Iniciamos a pesquisa utilizando livros e artigos, de leitura específica que abordam o trabalho pedagógico em relação à inclusão.

Com a intenção de conhecer o que as crianças dizem sobre os colegas e sobre as atividades aplicadas antes do início da pesquisa e durante no âmbito do contexto escolar, optamos por utilizar como metodologia de trabalho a investigação qualitativa. A pesquisa qualitativa requer um contato direto com o sujeito a ser investigado e uma preocupação maior com o processo do que com os resultados.

Oriundas do meio em que vivem, as crianças carregam consigo uma grande bagagem de conhecimento, surgindo assim a necessidade de conhecê-las. Para efeito de diagnóstico, foi realizada observação das crianças durante a aplicação de atividades previamente selecionadas de acordo com o nível do entendimento dos alunos para averiguar o nível de interesse, dificuldade e interação.

Quanto à estratégia usada para coleta de dados junto aos sujeitos a serem investigados, utilizamos a técnica do registro em ficha individual, semi-estruturada, preenchida durante a aplicação das atividades e conseqüente observação.

Foram usados os seguintes itens: interesses, dificuldades, resistências, constrangimentos, recusas, silêncios, inquietações, desânimo e indisciplina, para elaboração da ficha individual empregada durante o processo de observação.

Na aplicação da coleta de depoimentos, houve participação pessoal e direta do pesquisador. Os alunos foram ouvidos individualmente e em grupo.

Um dado relevante verificado através do depoimento, é que alguns alunos não se sentem à vontade, ficam constrangidos e “chateados”. O aluno com deficiência ou com alguma diferença indesejada pela sociedade, não tem clareza sobre a origem do sofrimento que sente.

O desconhecimento de que o sofrimento é gerado pela sociedade leva o aluno discriminado a acreditar que o problema é seu, gerando auto-conceito negativo. Alguns insistem na adaptação, como forma de não serem vistos como incompetentes. Outros partem para afronta, para o revide cego, contra sociedade que ao mesmo tempo em que exige adaptação a impede. Parece claro que essa criança se constitui de forma defensiva porque a sociedade tem como base a ameaça, mas como já foi dito, ela própria se encarrega de impossibilitar essa consciência.

Esse dado é preocupante, pois não leva os alunos a interação, prejudicando a inclusão.

No tocante à inclusão, todos aqueles que se adaptam renunciam a própria autonomia, já os que demonstram algum tipo de resistência reagem sob a forma de agressão.

O paralelo construído entre o nível ideal esperado, permite definir quais os pontos principais a serem atingidos e como fazê-lo para atender às crianças com alta incidência de dificuldade.

De acordo com os elementos analisados, é preciso redefinir o currículo, porque ele não é relevante para muitos estudantes em nossas escolas, para que aconteça a inclusão de fato.

Tendo em vista os objetivos propostos inicialmente, pode-se afirmar que foram atingidos parcialmente, porque o professor deve ter direito a treinamento e apoio efetivos antes de entrar na sala de aula, ter direito a adaptações curriculares, ter direito a modificações na forma de avaliação e acesso a publicações referentes ao tema, para que aconteça uma educação eficiente e inclusiva. Acabando com a confusão dos educadores sobre como melhor atender crianças com aprendizagem difícil e com problemas emocionais, sociais e comportamentais.

Assim sendo, esses resultados serão divulgados no espaço escolar em que se deu a pesquisa esperando-se que novos investigadores possam se orientar nas premissas aqui levantadas e dêem continuidade ao estudo. Por ter se tratado de um estudo de metodologia qualitativa não se teve o propósito de generalizar os resultados encontrados, mas espera-se que estes possam servir para uma abordagem mais consciente do professor em relação à educação eficiente e inclusiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. H. ; HORKEIEER, M. Elementos do anti-semitismo. In: **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 157-194.
- BADEJO, Maria Lúcia Badejo ; OLIVEIRA, Cida de. Aprendendo a Lidar com as diferenças desde o berço. **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre, v. 3, n. 9, p. 20-24, nov./2005 – fev./2006.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Altas, 2000.
- BUENO, José G. Da S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.5, 1997, p.7-25.
- CAPUTO, M. ; GUIMARÃES, M. **Escola Inclusiva**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Educação Especial e Inclusão. **Revista da Criança – do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n. 36, p. 34-36, jun./2006.
- FERRAZ, Wagner de Angeli. Inclusão uma alternativa ética. **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre, v. 3, n. 9, p. 9-11, nov./2005 – fev./2006.
- LUCAS, Andréa da Cruz. O desafio da Educação Inclusiva. **Revista Criança – do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n. 35, p. 30-31, dez./2001.
- MAZOTTA, Marcos J. S. História da Educação Especial no Brasil. In: **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 27-49.
- PIAGET, Jean. **Psicologia e Epistemologia: por uma teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- SANTOS, M. Pereira dos. **A Inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais**. 1997. (Mimeo).